



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Audiência Pública nº 25/2019

Minutas dos Contratos de Concessão

Josie Quintella
Superintendente Adjunta de Promoção de Licitações

Rio de Janeiro, 05/02/2020



Premissas dos aprimoramentos contratuais

Contratos de concessão

Características fundamentais dos contratos

Principais alterações

Balanco da Consulta Pública

Premissas dos aprimoramentos contratuais

Incorporação das melhorias já implementadas nos contratos de concessão das últimas rodadas realizadas pela ANP (16ª Rodada de Licitações);

Aprendizado institucional da ANP (ajustes específicos decorrentes das contribuições advindas das áreas técnicas da ANP);

Ajustes específicos decorrentes das contribuições advindas dos agentes econômicos;

Cláusulas obrigatórias (artigos. 43 a 52 da Lei nº 9.478/1997)

Contratos de Concessão

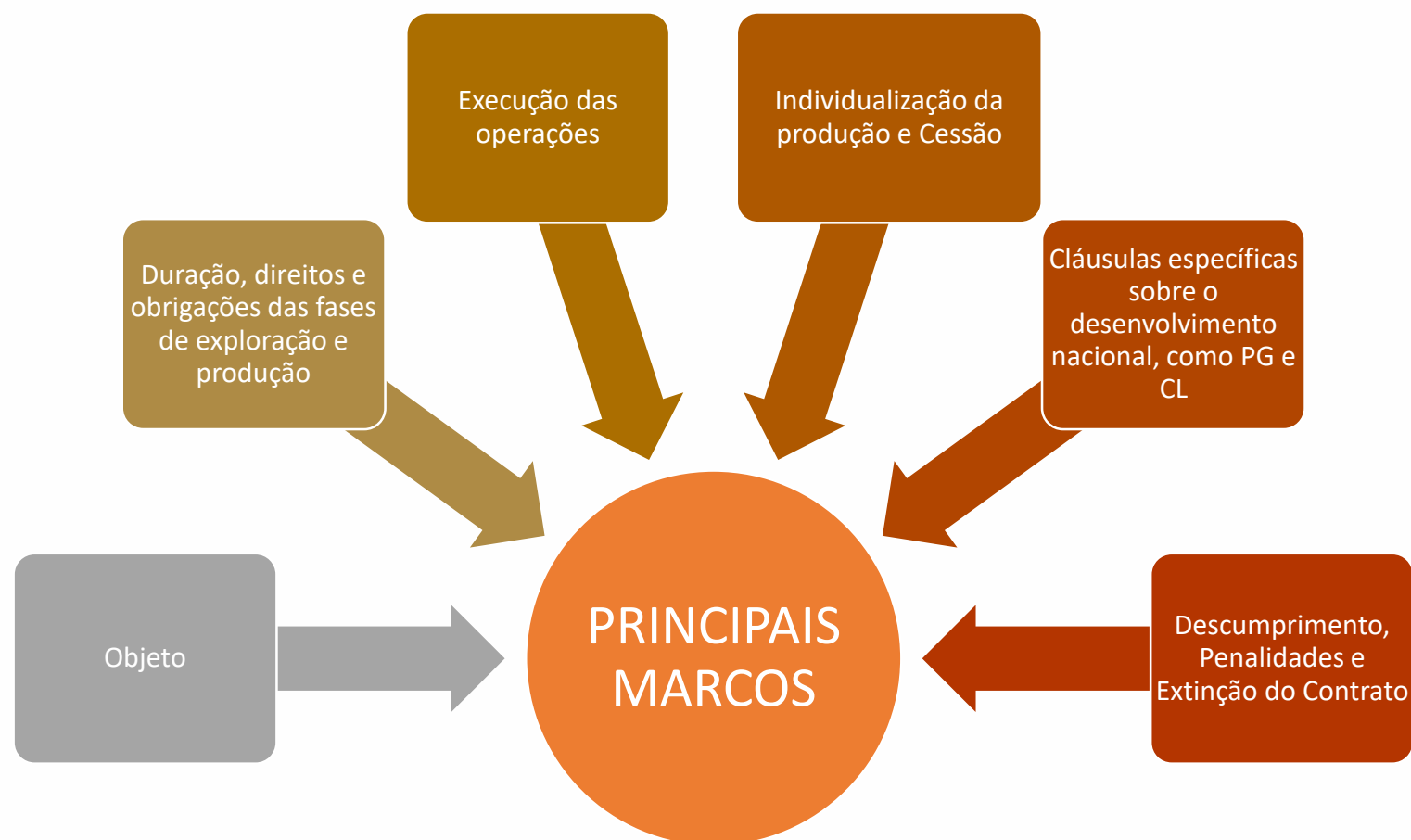
2 MINUTAS DE CONTRATO:

740

- Blocos exploratórios
- Contrato de Concessão para blocos exploratórios

3

- Áreas com acumulações marginais
- Contrato de Concessão para Áreas com acumulações marginais



Características fundamentais dos Contratos

Vigência e divisão em fases

- Fase de Exploração (início: assinatura do contrato): 5 a 7 anos;
- Fase de Reabilitação (início: assinatura do contrato): 3 ou 6 anos;
- Fase de Produção (início: Declaração de Comercialidade): 27 anos – BE e 15 anos - AM.

Fase de Exploração/ Reabilitação

- Período em que devem ser executadas as obrigações relativas ao PEM/PTI;
- Permitida a execução de atividades adicionais;
- Inexecução do PEM/PTI implica extinção de pleno direito do Contrato;
- Suspensão e prorrogação nas hipóteses previstas no Contrato.

Fase de Produção

- Plano de Desenvolvimento deve ser apresentado até 180 dias após a apresentação da Declaração de Comercialidade ou a aprovação do RFAD;
- Plano de Desenvolvimento deve ser avaliado pela ANP em até 180 dias (não aprovação implica extinção de pleno direito do Contrato);
- Início da produção: até 05 anos contados da Declaração de Comercialidade (BE).

Custos e riscos

- O concessionário assume todos os riscos e investimentos de exploração e produção.

Alterações de natureza formal

Para melhorar o entendimento e conferir maior clareza ao texto das minutas dos contratos de concessão da Oferta Permanente, foram realizadas alterações de natureza formal, a saber:

- reordenação e realocação de parágrafos;
- uniformização de termos e definições;
- exclusão de disposições em duplicidade e já previstas na legislação aplicável;
- correção de erros de digitação;
- revisão de referência cruzadas.

Principais alterações – Contrato Concessão BE

Cláusula Quinta FASE DE EXPLORAÇÃO

- Parágrafo 5.6.2 - Para fins de conversão das atividades do PEM em UTs foi excluída a menção ao reprocessamento PSTM ou PSDM, objetivando não restringir o tipo de tecnologia de reprocessamento em tempo e profundidade;
- Parágrafo 5.13 – Revisão dos procedimentos e prazos para apresentação do PAT à ANP. Será exigido uma previsão das atividades de toda Fase de Exploração, revisada anualmente.

Cláusula Sétima DESCOBERTA E AVALIAÇÃO

- Exclusão da exigência de apresentação do PAD de Novo Reservatório em contratos na Fase de Produção. Entende-se que estes casos serão avaliados nos respectivos PDs.

Cláusula Oitava DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

- Parágrafo 8.6 – Declaração de Comercialidade poderá ser postergada por até 5 anos.

Cláusula Décima PLANO DE DESENVOLVIMENTO

- Realocação do parágrafo 10.11 e exclusão dos parágrafos 10.11.1 e 10.12, fruto da exclusão da exigência de PAD de Novo Reservatório na Fase de Produção.

Principais alterações – Contrato Concessão BE

Cláusula Décima Quarta

DESCOBERTA,
AVALIAÇÃO e
DESENVOLVIMENTO
N. RESERVATÓRIO

- As disposições relacionadas a Descoberta, Avaliação e Desenvolvimento de Novo Reservatório na Fase de Produção foram consolidadas em cláusula específica;
- As atividades de avaliação deverão estar no PAT/OAT;
- O desenvolvimento ensejará uma revisão do PD.

Cláusula Décima Quinta EXECUÇÃO PELO CONCESSIONÁRIO

- Parágrafos 15.18 e 15.18.1 – Em decorrência da exclusão da obrigatoriedade do estabelecimento de um objetivo exploratório mínimo para cada bloco. A ANP passará a aprovar o objetivo principal do poço a partir do envio da Notificação de Perfuração de Poço (NPP).

Cláusula Décima Sétima DADOS E INFORMAÇÕES

- Parágrafo 17.3 – Redação aprimorada, deixando claro que só é necessário autorização da ANP para remessa de rochas ao exterior.

Cláusula Trigésima Primeira LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Alterações para esclarecer os procedimentos de prorrogação ou suspensão do prazo contratual caso comprovado atraso no licenciamento ambiental.

Principais alterações - Contrato Concessão AM

Cláusula Primeira DEFINIÇÕES

- Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PAT) único – exigências similares na Fase de Reabilitação e na Fase de Produção.

Cláusula Quinta FASE DE REABILITAÇÃO

- Os procedimentos e prazos para entrega do PAT foram realocados para a Cláusula Nona – Documentos para Acompanhamento da Fase de Produção.

Cláusula Sétima DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

- Parágrafo 7.6 - Exclusão da possibilidade do concessionário solicitar postergação da Declaração de Comercialidade.

Cláusula Nona DOCUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA FASE DE PRODUÇÃO

- Programa Anual de Trabalho e Orçamento, Programa Anual de Produção, Plano de Desenvolvimento e Boletins tiveram suas disposições aprimoradas à luz do contrato de concessão R16, com as devidas adaptações;
- Parágrafo 9.9 – Exclusão da exigência das atividades realizadas antes da aprovação do PD serem aprovadas pelo ANP.

Principais alterações - Contrato Concessão AM

Cláusula Décima Primeira EXECUÇÃO PELO CONCESSIONÁRIO

- Parágrafo 11.33 - Em decorrência da exclusão da obrigatoriedade do estabelecimento de um objetivo exploratório mínimo para cada bloco. A ANP passará a aprovar o objetivo principal do poço a partir do envio da Notificação de Perfuração de Poço (NPP).

Cláusula Décima Terceira DADOS E INFORMAÇÕES

- Parágrafo 13.2 – Redação aprimorada, deixando claro que só é necessário autorização da ANP para remessa de rochas ao exterior..

Cláusula Décima Quinta GARANTIA FINANCEIRA DE DESATIVAÇÃO E ABANDONO

- Excluído parágrafo 15.2.1.1 que estipulava prazo de validade mínimo para as garantias de abandono. O dispositivo passa a fazer remissão à Legislação Aplicável.

Cláusula Vigésima Sétima LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Alterações para esclarecer os procedimentos de prorrogação ou suspensão do prazo contratual caso comprovado atraso no licenciamento ambiental.

Balanço da Consulta Pública

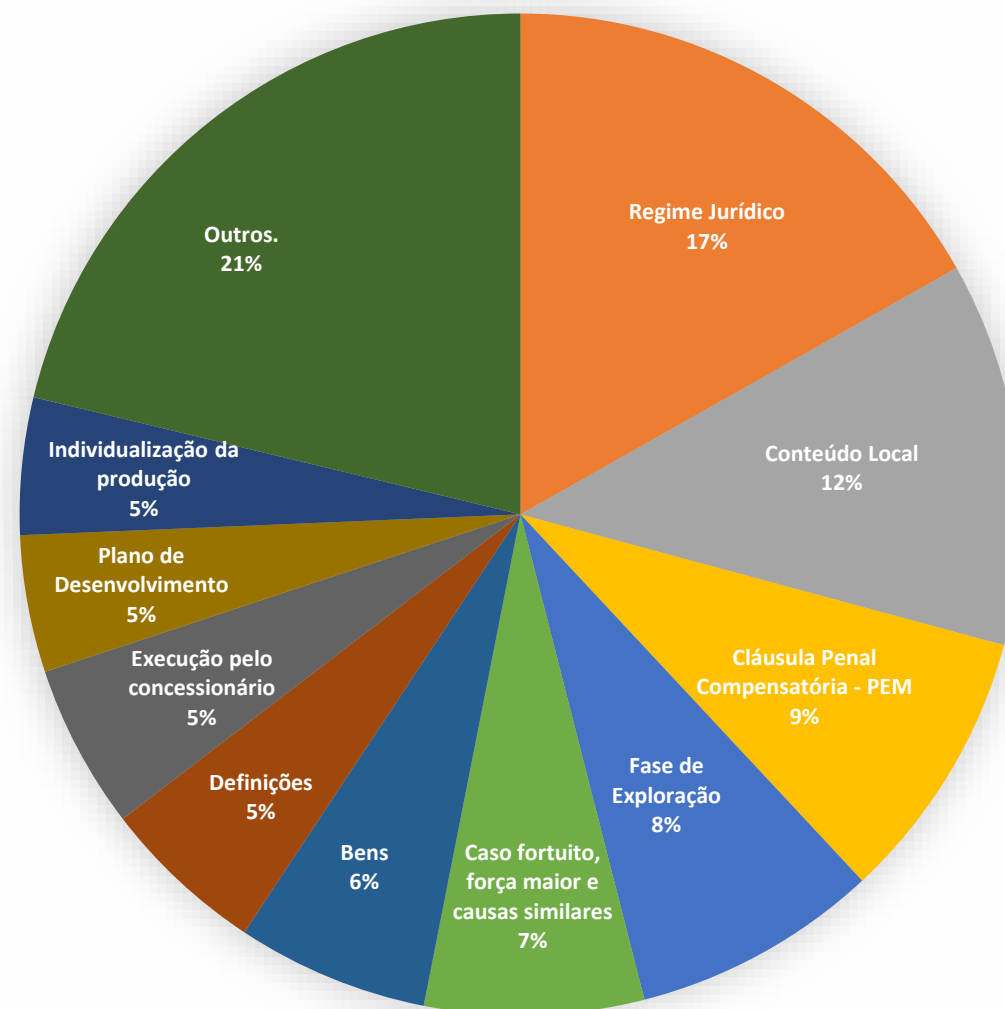
109 contribuições de 4 participantes

ExxonMobil

ABPIP
Associação Brasileira dos Produtores
Independentes de Petróleo e Gás

CM
CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

ibp
INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PETRÓLEO, GÁS E
BIOCOMBUSTÍVEIS





anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Obrigada!

rodadas@anp.gov.br

Superintendência de Promoção de Licitações

Rio de Janeiro, 05/02/2020